

PERIFERIAS



Dados referentes ao crescimento do ingresso de pessoas negras no ensino superior público, que agora se tornam maioria nesses espaços, levantam o debate sobre a suposta superação da desigualdade racial no âmbito da educação. Aprofundando a análise desses dados percebe-se que pouco ou quase nada há para comemorar.

Mais negros em universidades e desigualdade racial

No início de novembro, mês da Consciência Negra, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tornou públicos novos dados sobre “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil” que tratam de cinco eixos: mercado de trabalho, distribuição de renda, condições de moradia, educação, violência e representação política. Os dados referentes ao crescimento do ingresso de pessoas negras no ensino superior público, que agora se tornam maioria nesses espaços, têm levantado o debate sobre a suposta superação da desigualdade racial no âmbito da educação. Aprofundando a análise desses dados e os questionamentos acerca da superação das desigualdades raciais em outras esferas da vida social e econômica, percebe-se que pouco ou quase nada temos para comemorar.

Segundo o IBGE, pela primeira vez o número de pretos e pardos matriculados em faculdades e universidades públicas superou o número de brancos. Em 2018, estudantes negros representam 50,3% (2018) dos matriculados no ensino superior públi-

co, considerando nesse universo as universidades públicas e também as escolas técnicas estaduais, federais e cursos tecnológicos. Identifica-se um crescimento no ingresso de pessoas negras no ensino superior quando comparado a anos anteriores. Em 2016, 50,5% dos pretos e pardos na faixa de 18 a 24 anos cursavam ensino superior, no ano de 2018 a porcentagem desses jovens foi para 55,6%.

Um crescimento comemorável. No entanto, quando comparado ao grupo de mesma faixa etária composto por pessoas brancas os dados denunciam uma considerável discrepância, já que em 2018 o número representativo desse grupo foi de 78,8% cursando ensino superior. Um dos agravantes desse cenário é que aqueles que se autodeclararam pretos ou pardos são 55,3% da população brasileira. Então, mesmo que esse grupo seja 50,3% daqueles que ingressaram no ensino superior público, ainda continuam sub-representados nesses espaços.

É importante ressaltar que esse avanço tem relação direta com a implementação de políticas afirmati-

vas voltadas para a redução das desigualdades em relação ao ingresso da população negra no ensino superior. A Lei Federal de Cotas, implementada em 2016, sancionou que metade das vagas nas universidades e institutos federais devem ser voltadas para pessoas autodeclaradas negras. Ou seja, a permanência dessas políticas afirmativas e o aprimoramento destas são essenciais para a continuidade desse crescimento. Além disso, políticas voltadas para a continuidade dessas pessoas na universidade, possibilitando a conclusão do ensino superior é de suma importância, ainda mais considerando o grau de desigualdade racial apresentado em outras esferas sociais e econômicas brasileiras.

Esses avanços observados para a população negra no âmbito do ensino superior infelizmente não se refletem em outros dados apresentados pelo IBGE. A taxa de analfabetismo não se mostra tão positiva, com 9,1% de pretos e pardos analfabetos, mais que o dobro dos 3,9% apurados entre a população branca. Se nos primeiros anos do ensino fundamental praticamente não há diferença entre negros e brancos, as desigualdades se agravam a medida que os anos de escolaridade avançam, com nítido descompasso, entre idade e escolaridade de cerca de dez pontos percentuais a favor dos brancos no ensino médio e de quase vinte pontos percentuais no ensino superior.

No que diz respeito ao mercado de trabalho os pretos e pardos representam 54,9% da força de trabalho, número inferior aos que são força de trabalho desocupada, 64,2% ou subutilizada, 66,1%. No primeiro eixo a porcentagem de pretos e pardos que se encontra no mercado de trabalho é bem próxima da porcentagem populacional brasileira, mas quando se trata de força de trabalho desocupada ou subutilizada esse número é significativamente maior. Ainda assim, sabe-se que os 54,9% que são força de trabalho estão sujeitos às posições mais precárias e inferiores das ocupações do mercado. Quando se trata de pessoas ocupadas em cargos gerenciais de alta renda apenas 11,9% são pretos ou pardos. Há também uma forte e crescente presença de pretos e pardos no trabalho informal, de 47,3%, enquanto entre a população branca é de 34,6%. Nas regiões Norte e Nordeste os percentuais de informalidade ultrapassam a metade da população econômica-

mente ativa, com índices que chegam a 61% entre os negros do Norte e 57,8% entre os do Nordeste.

A taxa composta de subutilização segundo o nível de instrução mostra a continuidade dessa desigualdade, com a população preta e parda mais sujeita (com uma diferença média de 10%) a subutilização, inclusive quando possui o mesmo grau de instrução de pessoas brancas. Essa diferença só diminui quando se trata da população com ensino superior completo, onde a subutilização dos pretos e pardos soma 15%, frente a 11,5% entre os brancos.

No que se trata de rendimento no trabalho, os dados apontam que pretos e pardos recebem 57,7% dos rendimentos das pessoas brancas. Quando se compara homens brancos a mulheres pretas ou pardas a desigualdade é ainda maior: mulheres negras recebem apenas 44,4% do salário dos homens brancos. Quando o filtro é por nível de instrução e hora trabalhada o rendimento dos brancos chega a ser 70% superior.

O rendimento médio domiciliar per capita da população preta ou parda é de 934 reais, quase metade em comparação a população branca, que é de 1.846 reais. Ainda sob o rendimento domiciliar per capita, temos 32,9% de pretos e pardos abaixo da linha da pobreza, enquanto essa condição atinge apenas 15,4% dos brancos.

No que diz respeito à moradia, os dados apontam que, em 2018, 44,5% da população preta ou parda mora em domicílios sem serviço de saneamento básico e 42,8% em domicílios sem esgoto; entre os brancos 27,9% e 26,5% residem em domicílios sob as mesmas condições.

Entre os dados mais alarmantes que denunciam a persistente vulnerabilidade da população negra estão os que se referem aos índices de violência. Entre 2012 e 2017, a taxa de homicídio entre os brancos se manteve estável, na casa dos dezesseis homicídios por cem mil habitantes, enquanto entre a população negra foi de 37,2 para 43,4 homicídios por cem mil pessoas desse grupo. A população negra também é mais sujeita a ser vítima de homicídio intencional do que a população branca: em 2017 uma pessoa negra tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca. Os mais sujeitos a esse tipo de

violência letal são jovens pretos e pardos de 15 a 29 anos. Em 2017, a taxa de homicídios deste grupo chegou a 98,5 enquanto a dos jovens brancos atingiu 34. Quando observamos os dados de jovens, pretos e pardos, do sexo masculino, essa taxa chegou a 185.

No que diz respeito à representação política, atualmente a população negra é sub-representada em todas as esferas de poder, desde a Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa Estadual e Câmaras dos Vereadores. Essa sub-representação, todavia, não se dá pela ausência de candidaturas a tais cargos, pois no que diz respeito às eleições de 2014 a 2018 houve um crescimento significativo de candidaturas por pessoas negras. Por exemplo, para os cargos de deputado federal, houve 41,8% de candidaturas de pessoas negras, porém apenas 24,4% se elegeram. Os baixos recursos investidos pelos partidos políticos nessas candidaturas fazem com que a sub-representação da população negra no poder político se perpetue.

Os dados do IBGE apontam que por mais que tenha havido uma melhora significativa no que diz

respeito ao ingresso da população negra no ensino superior público isso não significa que o objetivo foi alcançado e essa política pública deva ser flexibilizada. Ao contrário, todos os demais dados apontam que é preciso pensar em políticas de permanência desses jovens na escola e universidade. Além disso, todos os outros âmbitos da vida econômica e social continuam marcados por desigualdades raciais profundas. A superação da desigualdade racial continua sendo um desafio e um grande empecilho para o desenvolvimento do país e da população como um todo. A ligeira mudança no cenário educacional, restrita ao ensino superior, é insuficiente para compensar todas as outras discrepâncias que continuamente colocam a população negra brasileira em situação de vulnerabilidade. Há ainda um longo caminho a ser trilhado e o próximo passo para a redução das desigualdades entre negros e brancos é a justa inserção da população preta e parda no mercado de trabalho e sobretudo a certeza de que a política de extermínio da juventude negra precisa ter fim.